

Nenhum produto vai salvar a Amazônia. Pelo menos não sozinho.

Não existe um tipo de empresa ou modelo de produção com escala para proteger e restaurar milhões de hectares de florestas e, ao mesmo tempo, gerar milhões de postos de trabalho

Por Salo Coslovsky

Salo Coslovsky é professor na Universidade de Nova York e pesquisador do Projeto Amazônia 2030



Vista aérea de área desmatada em Parauapebas (PA) / Daniel Teixeira

Não existe um tipo de empresa ou modelo de produção com escala para proteger e restaurar milhões de hectares de florestas e ao mesmo tempo gerar milhões de postos de trabalho. Por isso, precisamos promover um mosaico de iniciativas e criar pontes entre eles, ao invés de tratar cada um em separado.

A Amazônia brasileira desempenha um papel crucial na estabilidade do clima global, mas seu futuro permanece incerto. Nos últimos 50 anos, os antagonistas das florestas suprimiram cerca de 20% da vegetação original e degradaram outros 20%, movidos por forças baseadas na predação dos recursos naturais de forma insustentável para a natureza, as pessoas e a própria economia da região e do Brasil. Se esse padrão de destruição continuar por mais alguns anos, seus danos

serão irreversíveis. Parte importante da solução é persuadir as pessoas que moram, trabalham e investem na Amazônia que a proteção e restauração da floresta pode ser uma fonte relevante de riqueza. Mas qual será essa atividade econômica fabulosa que gera renda e desenvolvimento local em harmonia com a floresta? Em qual modelo de produção devemos apostar nossas fichas agora?

A resposta não é óbvia. Um plano de desenvolvimento sustentável para a Amazônia brasileira necessita ter escala suficiente para proteger e restaurar milhões de hectares de florestas. Ao mesmo tempo, ele precisa gerar receitas expressivas e continuadas para centenas de milhares ou mesmo milhões de pessoas, tanto nas áreas rurais como nos centros urbanos. Nenhum produto, atividade ou tipo de organização consegue cumprir todas essas missões sozinho. Para ter sucesso, o plano precisa acomodar um mosaico de iniciativas com funções distintas mas complementares entre si.

O extrativismo merece destaque nesse plano pois harmoniza a proteção de áreas de vegetação nativa com a geração de renda para os povos da floresta. O problema é que a baixa produtividade intrínseca às atividades de coleta selvagem limita a renda total dos seus trabalhadores. Isso significa que o extrativismo é necessário e merece apoio via pagamentos por serviços ambientais, mas ele não será suficiente para promover o desenvolvimento sustentável da região.

Uma segunda atividade-chave é a restauração de florestas nativas, que pode ser remunerada pela venda de créditos de carbono no mercado voluntário premium. Esse crédito é diferente do crédito oriundo do desmatamento evitado, um segmento que está enfrentando séria crise de legitimidade e queda nos preços. Os créditos premium são mais promissores, com preços mais estáveis. Nos últimos anos, esse segmento tem atraído empresas capazes de mobilizar tecnologia e capital. A atividade ainda é nova mas as expectativas são as melhores possíveis.

Outra iniciativa de grande potencial é a produção de espécies adaptadas aos sistemas agroflorestais, assim como as frutas tropicais e outros produtos agrícolas de alto valor agregado. Grande parte das áreas desmatadas da Amazônia estão abandonadas ou permanecem subutilizadas. Quem viaja por regiões de desmatamento antigo vê campos abertos até perder de vista. Muita gente chama

essas áreas de pasto, mas são poucas vacas para muitos hectares. Seria um enorme avanço ambiental, econômico e social se muitas dessas propriedades estivessem produzindo cacau, pimenta do reino, abacaxi, café, castanhas, maracujá e açaí. Fechando o pacote, há espaço também para a produção de peixes, tanto nas áreas costeiras do Pará, Amapá e Maranhão, como nos rios e lagos que caracterizam toda Amazônia.

Como não temos um bom nome para designar esse conjunto de atividades, resolvi chamá-las de “potencialmente compatíveis com a floresta”. Um versão ampliada desse conjunto poderia acomodar a produção de madeira através do manejo florestal sustentável, a produção da agricultura familiar e até mesmo a pecuária, desde que feita com maior intensidade do que a média atual, e idealmente em integração com a lavoura e a floresta.

A atribuição de um nome único a esse conjunto de atividades é mais radical do que aparenta. A categoria de iniciativas potencialmente compatíveis com a floresta não distingue produtores pequenos de grandes, nem diferencia associações e cooperativas de empresas privadas. O motivo para desconsiderar tais distinções é simples: todos os empreendimentos que atuam como vetores de conservação florestal, restauração produtiva, geração de empregos de qualidade e inclusão econômica de pequenos produtores e povos da floresta produzem valor que supera a remuneração oferecida pelo mercado. Por isso, merecem apoio para prosperar. Indo além, o sucesso de um empreendimento fortalece a atuação dos outros, gerando benefício compartilhado.

No entanto, esse suporte não pode ser excessivamente generoso. Idealmente, os beneficiários devem não apenas cumprir com as leis tributárias, trabalhistas e ambientais, mas também demonstrar determinação para mobilizar talento, tecnologia e capital. Esse tipo de arranjo, que combina incentivos com restrições, é capaz de entregar excelentes resultados e pode ser mobilizado para fomentar uma economia de base florestal na Amazônia.

Fonte: <https://www.estadao.com.br/economia/salo-coslovsky/atividades-potencialmente-com-pativeis-com-floresta-amazonia-desenvolvimento/>